

8. Anexos às Demonstrações Financeiras

8.1. Caracterização da Entidade

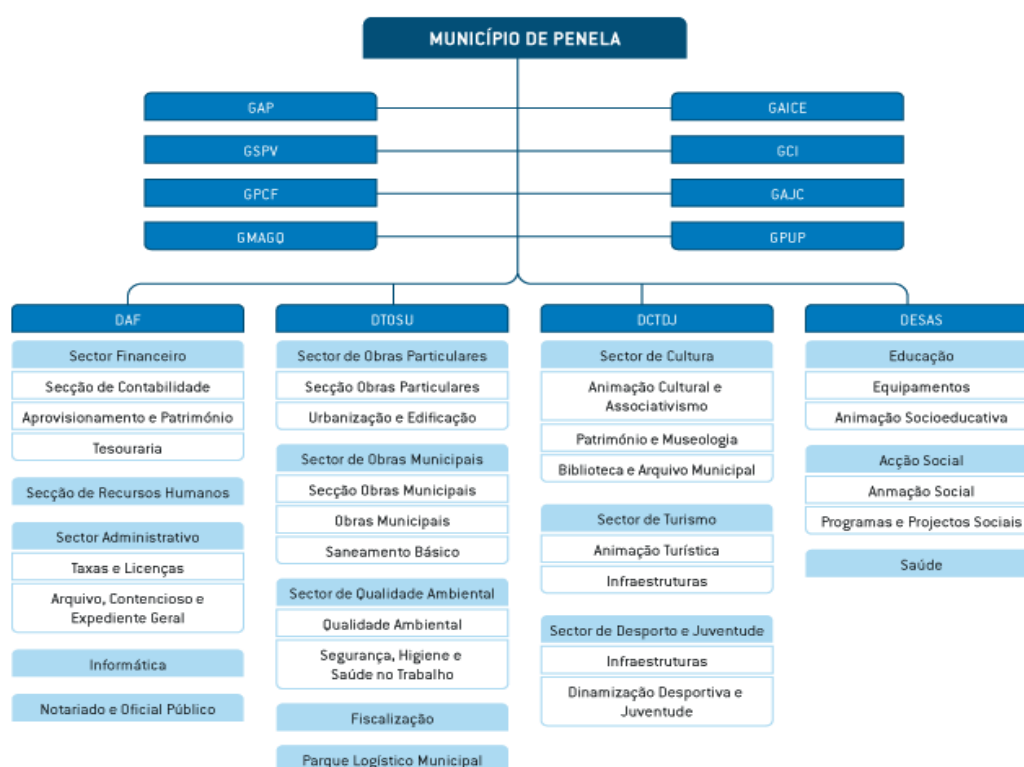
8.1.1. Identificação

Esta autarquia tal como refere o nº 1 e 2º do artigo 235º da Constituição da Republica faz parte da organização democrática do Estado, é um pessoa colectiva territorial dotada de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses da população respectiva. A autarquia está inserida na NUT III, tendo uma população que ronda os 6.594 habitantes. A sede do Município de Penela é na Praça do Município 3230-253 Penela. O Nº de Identificação Fiscal é o 506778037.

8.1.2. Legislação

O Município tem autonomia financeira e administrativa, tal como refere o artigo 3º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, que estabelece o regime financeiro dos municípios e freguesias.

8.1.3. Estrutura organizacional



8.1.4. Descrição Sumária das Actividades (Ver Relatório de Gestão)

8.1.5. Recursos Humanos (Ver Relatório de Gestão)

8.1.6. Organização Contabilística

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios do POAL. O sistema informático utilizado é o ERP AIRC2000 – Associação de Informática da Região Centro.

8.1.7. Outra Informação considerada relevante – Nada a assinalar.

8.2. Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

8.2.1. O Balanço e Demonstração dos Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no POCAL e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios da continuidade, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

8.2.2. Indicação e comentário das contas do Balanço e Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do exercício anterior – não aplicável.

8.2.3. Relativamente aos critérios de Valorimetria:

a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas - Os bens do imobilizado corpóreo e incorpóreo estão registados ao custo de aquisição. As taxas de amortização que foram aplicadas são as previstas na Portaria Nº 671/2002, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado. O Método de Amortização adoptado é o das quotas constantes. Os elementos patrimoniais estão sujeitos à amortização correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

b) Os Investimentos Financeiros - Os Investimentos Financeiros da Autarquia encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição.

c) As Existências - As existências são valorizadas ao custo de aquisição que considera o respectivo preço de compra e os gastos suportados directa e indirectamente para colocação do bem no seu estado actual e no local de armazenagem.

d) Acréscimos e diferimentos – De acordo com o princípio da especialização do exercício:

- São contabilizados como custo do exercício:
 - As remunerações referentes a 2009 a pagar em 2010, incluindo férias e subsidio de férias e respectivos encargos;
 - Outros custos e perdas operacionais a reconhecer no exercício, referentes a 2009, só recebidos em 2010;
 - Os encargos financeiros da prestação dos empréstimos de médio e longo prazo vencida em 2010, na parte respeitante a 2009.
- São contabilizados como proveitos no exercício seguinte:
 - Os subsídios para investimento a activos movimentados numa base sistemática para a conta 7983 – Proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital à medida que se vão sendo contabilizadas as amortizações do exercício.
- São reconhecidos como custos do exercício seguinte:
 - Os custos com seguros cujo período abrange o ano económico de 2009 e 2010.
- São reconhecidos como proveitos do exercício:
 - O IMI referente ao ano de 2009 que só será recebido em 2010.

8.2.4. Cotações utilizadas para a conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados originariamente em moeda estrangeira - Não existem situações desta natureza.

8.2.5. Situações em que o resultado do exercício foi afectado - Não ocorreram situações, nomeadamente utilização de critérios de valorimetria diferentes dos previstos no capítulo 4 do POCAL, por amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas, por provisões extraordinárias respeitantes ao activo que afectassem o resultado líquido do exercício.

8.2.6. Despesas de Investigação e Desenvolvimento - Não existem situações desta natureza.

8.2.7. Os Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões estão de acordo com os quadros anexos. De referir que foi efectuado o reforço das provisões para cobrança duvidosa para fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e Utentes de facturas que se encontram em mora há mais de 6 meses. O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dividas foi

determinado de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100% para as dívidas em mora há mais de 12 meses.

De referir ainda que foi efectuado o registo no valor de 22.500,00 (Vinte dois mil e quinhentos euros) referente à atribuição ao Município de Penela, de 45 unidades de participação ao valor unitário de 500,00€ (Quinhentos euros) por parte da CESAB – Centro de serviços do ambiente e referente à incorporação de reservas livres e reavaliação que actualizou os valores para unidades de participação.

Foi ainda constituída uma provisão para investimentos financeiros cujo valor de aquisição da participação é inferior ao valor contabilístico da mesma.

Entidade Participada	Valor de aquisição	Capitais próprios	%	Valor contabilístico	Provisão
WRC - Web para a Região Centro SA	2.500,00 €	697.421,96 €	0,19	1.325,10 €	1.174,90 €

8.2.8. Mapa Resumo Patrimonial dos Bens Inventariados (ver mapa em anexo)

8.2.9. Não foram capitalizados neste período os custos incorridos no exercício relativos a empréstimos.

8.2.10. Não foram efectuadas quaisquer reavaliações do activo imobilizado no período económico em causa.

8.2.11. Como não foram efectuadas reavaliações não foi elaborado o quadro discriminativo destas.

8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em curso (ver mapa em anexo)

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

Bens em regime de locação financeira		
Bem	Valor Aquisição	Valor Actualizado
Viatura Ford Focus	19.800,00 €	12.351,66 €
Viatura Renault Master	28.532,21 €	23.201,69 €
Viatura Iveco RSU	67.394,00 €	58.835,26 €

8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar (Ver mapa em anexo – Bens sem valor)
 Aquando da inventariação inicial existem determinados bens que constituem património do município que não foram avaliados por se tratar de bens com elevada antiguidade e não se conseguir apurar qual o seu valor de aquisição.

8.2.15. Os bens de domínio público que não são objecto de amortização são os terrenos contabilizados na conta 451 dado que segundo o CIBE não são objecto de amortização.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas

Entidade Participada	Sede	Parcela Participação		Capitais Próprios	Resultado Líquido 31/12/2009
		Valor	%		
Águas do Mondego, SA	Coimbra	121.536,00 €	0,66	19.353.742,13 €	682.396,95 €
Cesab - Centro Serviços do Ambiente	Mealhada	22.500,00 €	3,01	922.238,37 €	-44.084,47 €
CoimbraVita - ADR, SA	Coimbra	2.493,99 €	0,37	*	*
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Coimbra	8.441,66 €	0,21	13.663.861,00 €	1.122.165,00 €
SicóFormação, SA	Ansião	13.000,00 €	26	1.100.716,56 €	293.901,74 €
WRC - Web para a Região Centro SA	Curia	2.500,00 €	0,19	697.421,96 €	-119.284,40 €

* Até à data de realização do relatório não obtivemos informações contabilísticas da empresa CoimbraVita ADR, SA

8.2.17. O município não tem Títulos Negociáveis nem Outras Aplicações de Tesouraria.

8.2.18. O Município não tem Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado - Não existem situações desta natureza.

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado - Não existem situações desta natureza.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante respeitante às quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor - Não existem situações desta natureza.

8.2.22. Valor Global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas rubricas de dívidas a terceiros (ver mapa em anexo – Balanço)

8.2.23. Valor Global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local - Não existem situações desta natureza.

8.2.24. Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade - Não existem situações desta natureza.

8.2.25. Discriminação das dívidas incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos - (Ver mapa em anexo)

8.2.26. Responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança - (Ver mapa em anexo)

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas - (Ver mapa em anexo)

8.2.28. Os movimentos efectuados nas contas da classe 5 foram os resultantes da transferência do resultado líquido de 2008 para resultados transitados.

Foram ainda registados nas contas da classe 5 a título de regularizações de resultados transitados o valor do custo bem como do proveito da iluminação pública referente ao ano de 2008 uma vez que o mesmo não foi reconhecido na prestação de contas do exercício de 2008. Foi ainda registado nas contas da classe 5 a título de regularizações de resultados transitados o proveito do Imposto Municipal sobre Imóveis uma vez que o mesmo não foi reconhecido na prestação de contas de 2008.

Foi ainda registado nas contas da classe 5 a título de ajustamentos de partes de capital em empresas o valor da participação do Município no capital social da CESAB – Centro de Serviços do ambiente no valor de 22.500,00 (Vinte dois mil e quinhentos euros) referente à atribuição ao Município de Penela, de 45 unidades de participação ao valor unitário de 500,00€ (Quinhentos euros) e referente à incorporação de reservas livres e reavaliação que actualizou os valores para unidades de participação.

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas - (ver mapa em anexo)

8.2.30. Demonstração da Variação da Produção - (ver mapa em anexo)

8.2.31. Demonstração Resultados Financeiros - (ver mapa em anexo)

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários - (ver mapa em anexo)

8.3. Notas Sobre o Processo Orçamental e Respectiva Execução

8.3.1. Orçamento

8.3.1.1. Mapa Controlo Orçamental da Despesa (ver mapa em anexo)

8.3.1.2. Mapa Controlo Orçamental da Receita (ver mapa em anexo)

- 8.3.1.3.** Mapa dos Fluxos de Caixa (ver mapa em anexo)
- 8.3.1.4.** Mapa das Contas Operações de Tesouraria (ver mapa em anexo)
- 8.3.2.** Opções Plano
 - 8.3.2.1.** Mapa da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (ver mapa em anexo)
 - 8.3.2.2.** Mapa da Execução Anual do Plano Plurianual Investimentos (ver mapa em anexo)
 - 8.3.2.3.** Mapa da Execução Anual das Actividades Mais Relevantes (ver mapa em anexo)
- 8.3.3.** Contratação Administrativa – Situação Contratos (ver mapa em anexo)
- 8.3.4.** Transferências e Subsídios
 - 8.3.4.1.** Transferências Correntes Despesas (ver mapa em anexo)
 - 8.3.4.2.** Transferências de Capital Despesas (ver mapa em anexo)
 - 8.3.4.3.** Subsídios Concedidos (ver mapa em anexo)
 - 8.3.4.4.** Relação das importâncias recebidas do estado e outras entidades públicas (ver mapa em anexo)
- 8.3.5.** Aplicações em activos de rendimento fixo e variável (Ver mapa em anexo)
- 8.3.6.** Endividamento
 - 8.3.6.1.** Empréstimos (ver mapa em anexo)
 - 8.3.6.2.** Outras Dívidas a Terceiros (ver mapa em anexo)
 - 8.3.6.3.** Capacidade Legal de Endividamento (Ver Relatório de Gestão)